

em defesa da pesquisa

A gramática sociopolítica do gigante acordado: desenhos de agência e potência em junho de 2013

La gramática sociopolítica del gigante despierto: dibujos de agencia y potencia en junio de 2013

The sociopolitical grammar of the waking giant: drawings of agency and potency in June 2013

Gustavo Souza Santos¹

¹ Centro Universitário FIPMoc, Montes Claros, Minas Gerais, Brasil. E-mail: gustavo.ccpv@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9712-2690>.

Submetido em 12/05/2023

Aceito em 28/05/2024

Pré-Publicação em 29/07/2024

Como citar este trabalho

SANTOS, Gustavo Souza. A gramática sociopolítica do gigante acordado: desenhos de agência e potência em junho de 2013. InSURgência: revista de direitos e movimentos sociais, Brasília, v. 11, n. 2, p. 343-367, jul./dez. 2025.

insurgência *EL OTRO DERECHO*

InSURgência: revista de direitos e movimentos sociais

v. 11 | n. 2 | jul./dez. 2025 | Brasília | PPGDH/UnB | IPDMS | ISSN 2447-6684

Dossiê realizado em colaboração com a revista *El Otro Derecho* do Instituto Latinoamericano para una Sociedad y un derecho Alternativos



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons 4.0.

Este trabajo es licenciado bajo una Licencia Creative Commons 4.0.

This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0.

A gramática sociopolítica do gigante acordado: desenhos de agência e potência em junho de 2013

Resumo

Mobilizações sociais supõem exercícios insurgentes que se processam por meio de práticas e gestuais sociopolíticos, cujos contornos e circuitos de agência e potência viabilizam sua (re)produção, entendidos aqui como gramáticas sociopolíticas. Na gramática está o exercício protocolar insurgente, em tramas e sinais que reforçam os laços e sua pujança interpeladora de sujeitos, instituições e adversários. Investiga-se aqui a gramática das Jornadas de Junho de 2013 no Brasil, elucidando os aspectos constitutivos que as designaram e que, uma década após seu fim, ainda disputam interpretações político-acadêmicas. Sob o subsídio de fontes jornalísticas impressas e do Twitter, recupera-se o acontecimento político, midiático e espacial do movimento em suas performances e coreografias insurgentes.

Palavras-chave

Jornadas de Junho. Espaço. Insurgência. Mobilização social. Cidadinidade.

Resumen

Las movilizaciones sociales presuponen ejercicios insurgentes que se procesan a través de prácticas y gestos sociopolíticos, cuyos contornos y circuitos de agencia y poder posibilitan su (re)producción, entendida aquí como gramáticas sociopolíticas. En la gramática radica el ejercicio del protocolo insurgente, en tramas y signos que refuerzan los lazos y su poder desafiador de sujetos, instituciones y oponentes. Se investiga aquí la gramática de las Jornadas en Brasil de junio de 2013, dilucidando los aspectos constitutivos que las designaron y que, una década después de su término, aún disputan interpretaciones político-académicas. Bajo el subsidio de fuentes periodísticas impresas y Twitter, se recupera en sus performances y coreografías insurgentes el acontecer político, mediático y espacial del movimiento.

Palabras-clave

Jornadas de Junio. Espacio. Insurrección. Movilización social. Ciudad.

Abstract

Social mobilizations presuppose insurgent exercises that are processed through sociopolitical practices and gestures, whose contours and circuits of agency and power enable their (re)production, understood here as sociopolitical grammars. In grammar lies the insurgent protocol exercise, in plots and signs that reinforce the ties and their challenging power of subjects, institutions and opponents. The grammar of the June 2013 Journeys in Brazil is investigated here, elucidating the constitutive aspects that designated them and that, a decade after their end, still dispute political-academic interpretations. Under the subsidy of printed journalistic sources and Twitter, the political, mediatic and spatial event of the movement is recovered in its insurgent performances and choreographies.

Keywords

June Journeys. Space. Insurgency. Social mobilization. City.

1 Introdução

A imagem comum da mobilização social é sua realização detonadora marcada pela conjuntura instável, explosiva e de estética desestabilizadora. Um movimento irrompe forças sociopolíticas sobre a ordem dos fluxos cotidianos, atraindo visibilidade. A medida e a substância dessas forças assumem feições irregulares, volumosas e aparentemente sem controle. Todavia, a aparência de desestrutura revela elementos agregadores.

A agência supõe desenhos de ação. O imaginário de que as pulsões sociais e políticas devem assumir estéticas formais ou uma organização estrutural conforme as convenções é uma visão utilitarista ou corporativista exercendo primado sobre modalidades de ação, sobretudo a coletiva em protestos e manifestações. Embora suponha uma dimensão elíptica, uma mobilização possui um desenho próprio.

Esse desenho é construído nas lógicas cognitivas, afetivas, espaciais e estéticas estabelecidas na temporalidade do movimento. Mesmo na imagem instável e cujas feições aparentam desorganização, há práticas e processos que geram consistência e permitem guias procedimentais para que a agência se estabeleça e detone seu conteúdo.

Embora haja um campo comum em que movimentos e mobilizações sociais se enquadrem, como as lutas, programas e ações, há distinções particulares sobre seu desencadeamento, reprodução, tempos e espaços. Essas particularidades não geram oposições nem tampouco superações de modalidade, mas diferenças de dinâmica e significado, sobretudo no ritmo e na tessitura produzida no rompante da ação localizada.

Historicamente constituída, a categoria movimento social evoca lutas, opositores e projetos socioculturais com tendência à cristalização, institucionalização e organização formal duradouras, cujo progresso se sustente como garantidor dos anelos de luta dos quais em diferentes tempos e de diversas formas as manifestações acontecem: nas ruas, em audiências públicas, nos trâmites da governança, na arte, na cultura e toda sorte de práticas engajadas.

Entretanto, a anatomia sociopolítica das mobilizações sociais em rede¹ abriga uma constituição cuja condensação prevê menos hierarquização, organização mais volátil e impermanências institucionais, além dos tempos e espaços em fragmentação. Essa composição de plástica fluida e mutável não olvida o caráter

¹ Conceito que pode ser melhor explorado em Santos (2017; 2021) e Santos e Pereira (2020).

de engajamento, isto é, a formação de identidade(s) de luta, o alveijamento de opositores e a criação de projetos sociais nos quais as tensões reivindicatórias repousam.

Esse enquadramento - tipológico e situacional - das mobilizações sociais em rede é caracterizado por manifestações desenvolvidas em rede, frequentemente ativando multiescalas em sua difusão, ausentes de organismos formais e hierárquicos tradicionalmente concebidos, arregimentadas por redes sociais sem a perda do influxo *off-line*, efervescentes em sua origem e repercussão, bem como voláteis em seu aparente declínio improdutivo.

As Jornadas de Junho de 2013 partilham esse comum organizacional, cujo caráter reticulado é seu principal predicado, potencializado pela dimensão da comunicação em rede. De posse de dispositivos, no uso da palavra e dos recursos *on-line*, movimentos ganham uma capilaridade peculiar, o rompante mobilizador e que originam imagens solidárias a agremiar e ativar sujeitos em contextos, tempos e espaços distintos.

Os sujeitos em mobilização partem de um objeto de luta e tomam eventos iniciais por símbolos que se constituem motivação para a ação, visto que a emergência dos sujeitos opera-se por meio de afetos e mediações, frequentemente catalisando adeptos cujas afinidades sociopolíticas são distintas. Esse processo desencadeia uma pulsão utópica em torno da ausência de lideranças formais, tornando o processo vertiginoso pela capacidade do poder em demonstração.

Reflete-se aqui a produção da gramática insurgente que constituiu as Jornadas de Junho de 2013 no Brasil, mobilização social em rede que, de arroubo, ocupou ruas, imaginários, análises políticas e discussões acadêmicas, por meio de sua conjuntura caleidoscópica. Intenta-se recuperar os desenhos de agência e potência, bem como as tessituras que viabilizaram seus influxos e aquiescência como um evento-fenômeno.

2 Percurso metodológico

Para o aporte da análise, utilizou duas fontes midiáticas: a narrativa apurada de jornais impressos e a narrativa social em tempo real da rede social Twitter²,

² Uma característica dos jornais impressos é a cobertura factual perecível, isto é, recomposta dia após dia, mudança após mudança. Deste modo, é possível inventariar cronologicamente a conjuntura da mobilização e aferir prospectos a partir de suas narrativas. Já o Twitter, permite uma leitura em tempo real do comportamento e registro digital de acontecimentos socializados

atualmente denominada X³. As minúcias de ambos os tipológicos midiáticos permitiram reconhecer ditames, conjunturas, frestas e tramas que recobriram, compuseram e envolveram os atos de junho de 2013.

Os jornais impressos selecionados para o corpus de análise foram Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo e O Globo, auditados pelo Instituto Verificador da Comunicação (IVC)⁴ como os veículos de maior circulação⁵ no período de vigência dos atos. No Twitter, selecionou-se *tweets* indexados a partir das *hashtags*⁶ #ogiganteacordou, #protestosbr e #vemprarua, de maior adesão no período de 17 a 30 de junho de 2013 - período que tipificou o evento em questão⁷.

Foram catalogadas 309 páginas, de acordo com os critérios fixados. Da Folha de S. Paulo, 80 páginas de cobertura foram obtidas. Do Estadão, reuniu-se 124 páginas para a catalogação. E, de O Globo, por sua vez, obteve-se o número de 125 páginas. Catalogados, os textos foram submetidos para a fase de análise de dados e inferências.

Os *tweets* foram obtidos por meio da ferramenta de busca avançada⁸ com os critérios: publicados entre 17 e 30 de junho de 2013 e indexados sob as *hashtags* #protestosbr, #vemprarua e #ogiganteacordou. Após a filtragem dos dados, o material foi selecionado conforme o escopo do trabalho, catalogado e disposto como *corpus* para seu manejo.

Definiu-se como critério para a composição do *corpus* de *tweets*, publicações representativas que expressassem teor de mobilização, engajamento e posicionamento, considerando o decurso dos atos. Excluíram-se publicações que

na ambiência comunitária da plataforma, um expoente de leitura alternativa à mídia tradicional e mais centrada na fluidez do usuário.

³ A rede social atualmente é designada por X. Opta-se neste texto em manter sua estrutura anterior de nomenclatura, uma vez que a coleta de dados foi realizada neste período.

⁴ Órgão vinculado à Associação Nacional de Jornais, responsável por parâmetros e métricas de veículos noticiosos da imprensa brasileira. Os dados foram obtidos a partir de solicitação formal à direção da entidade para fins de pesquisa.

⁵ A circulação implica em distribuição ampla dos jornais, de modo que veículos com maior circulação são mais lidos e chegam a um contingente maior de pessoas, sejam assinantes, compradores avulsos ou outras modalidades de acesso. O poder de circulação implica ainda em poder de cobertura, apuração e estrutura de alcance midiático por parte dos periódicos.

⁶ Além da indexação, as *hashtags* permitem a manutenção e ampliação da conversação on-line sobre determinado assunto, acontecimento ou pauta. Se sua abrangência é elevada, sua publicização e a consequente apreensão da discussão feita é maior e mais potente, chegando a disputar a narrativa midiática tradicional.

⁷ Atos anteriores e posteriores escapam ao que ficou definido como Jornadas de Junho, a partir de suas características, escopo e interpretação.

⁸ Conforme ferramenta aberta: <https://twitter.com/search-advanced>.

denotassem ofensas ou discussões personificadas a figuras públicas, sem relação direta com as mobilizações. Selecionou-se, portanto 201 *tweets*, cuja análise possibilitou o exame de 67 deles.

Propor investigações por meio de redes sociais *on-line* permite um trajeto empírico sob o frescor de novas ambiências e arenas de relações e interações humanas. O Twitter, por sua vez, permite a construção e o exame de narrativas em tempo real e, ao contrário dos veículos impressos, podem ser produzidos sob demanda e um *continuum* sem travas temporais de preparação e edição, isto é, refletem uma intencionalidade espontânea e expressiva (Gerbaudo, 2012).

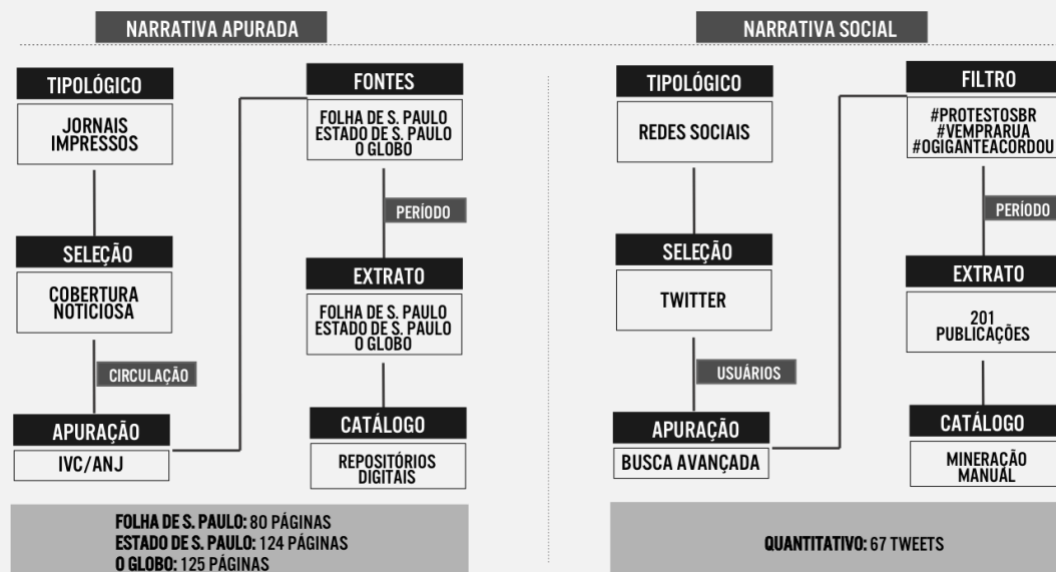
Os dados oriundos dos jornais e do Twitter foram submetidos à técnica de análise de conteúdo (Bardin, 2007). A técnica prevê a análise da significação produzida entre locutores, mensagens e interlocutores, fornecendo luzes contextuais pertinentes para a compreensão adensada de panoramas maiores, desvelando realidades *a priori* para além da superfície textual.

Na análise de conteúdo, as camadas encadeadas dos textos e seu desvelamento são o foco de interesse (Silva; Mendes, 2013; Moreira, 2015). Portanto, parte-se da dinâmica de autores, textos, sentidos, códigos e receptores em que: os sentidos pretendidos por seus autores podem ser diferentes ou o mesmo quando percebidos pelos seus receptores, ou os receptores poderão perceber diferentes sentidos para um mesmo texto, e ainda, um texto pode expressar sentidos dos quais seu autor não tenha consciência.

Optou-se pela perspectiva representacional da análise de conteúdo, partindo do pressuposto de que a linguagem representa e reflete os falantes. O conteúdo documental, selecionado conforme os critérios estipulados, foi catalogado, separado em unidades de análise e contexto, categorizado, descrito e interpretado para o aproveitamento da organização da tese em suas partes e capítulos.

A preparação de informações selecionou e catalogou as fontes (reportagens e *tweets*) conforme critérios e recortes definidos (figura 1). A análise de dados se deu então por meio de quatro etapas subsequentes (quadro 1). Definiu-se, então, as unidades de análise e de contexto, agrupando os dados representativamente. A seguir, partiu-se da definição de categorias que promovessem uma síntese que comunicasse o teor dos dados. Passou-se à descrição e o esmiuçamento de seus significados adensados para que, na interpretação, um movimento de construção, desconstrução e exposição discursiva fosse possível.

Figura 1 - Composição do corpus de estudo



Fonte: Autoria própria.

Quadro 1 - Etapas da análise de conteúdo empregada no exame das notícias e *tweets* catalogados

PREPARAÇÃO	Leitura minuciosa dos materiais interpolando-os ao objeto de estudo e os objetivos do trabalho, por meio de codificações que facilitem o tratamento dos dados a serem examinados
UNITARIZAÇÃO	Codificação e fragmentação dos dados, considerando seu conteúdo e significado em unidades de análise, e ainda, considerando o cenário do qual fazem parte em unidades de contexto, para facilitar seu agrupamento analítico
CATEGORIZAÇÃO	Separação dos dados unitarizados e em categorias, por meio de critérios emergentes na feitura da análise e com base no escopo do trabalho, no intuito de fornecer panoramas adensados e homogêneos para análises e interpretações
DESCRIÇÃO	Produção de sínteses exploratória das tramas de significados e conteúdos, recorrendo às narrativas e tessituras sintático-semânticas, bem como significados implícitos e referenciais, citando-os e reclamando-os ao trâmite de análise
INTERPRETAÇÃO	Exploração dos significados superficiais, latentes e patentes para que as profundezas entre significante e significado, permitindo à guisa do objeto e do encadeamento do trabalho, forneça um roteiro operatório de discussão

Fonte: Adaptado de Bardin (2007).

A cartografia foi operacionalizada por meio dos dados obtidos junto aos veículos de imprensa selecionados⁹. Considerou-se a cobertura feita pelos meios em múltiplas escalas, com base nos recortes temporais e espaciais. Desenvolveu-se, assim, mapas de concentração, fluxo e distribuição dos atos para sua análise e elucidação por meio do uso do ArcGis (10.6).

3 Gramáticas da insurgência: desenhos de agência e potência

No núcleo da agência, há sempre dispositivos estruturantes e que fazem supor certa ordem. Esta ordem frequentemente não compactua com as expectativas de atividades sociais regulares, inscritas no que pressupõe civilizatório ou parte da etiqueta societal. Os contornos observados nas mobilizações sociais progridem variavelmente a partir de seu próprio conteúdo humano, constituído substrato e ferramenta.

Na contramão do que a observação de momento faz supor, a potência e a agência em mobilizações sociais reclamam a produção de ordenamentos nas instâncias das quais se objetam e nas quais trafegam. No quadro vilipendioso que é alvo de reivindicação e nas estruturas hostis que são objeto de querela, o esforço dos sujeitos é entendido como energia gerada para preencher a porosidade e as lacunas da realidade e sua ordem vigente.

Tal processo demanda assim circuitos de ação, coordenações de práticas, protocolos e guias procedimentais aprendidos e apreendidos no intercurso dos atos. A coesão temporária, acordada e alinhavada no momento de emersão da manifestação, é celebrada a partir da orientação (re)criadora encontrada no acionamento dos sujeitos, em suas práticas e sua produção estética e insurgente.

A conjuntura de uma mobilização supõe estruturas prévias, dadas pela realidade situacional, mas se estabelece por meio de estruturas próprias, compostas por elementos agregadores, procedimentos, modalidades de participação, códigos e linguagens que servem como guias da ação. Esses elementos organizam as práticas, servindo como elementos norteadores, orientadores e estruturadores da lógica de mobilização.

Opera-se, nesse sentido, com o conceito de gramática. Na linguística, gramática é entendida como prescrições orientadoras dos códigos da língua dispostas sobre a

⁹ Incluiu-se para este fim os dados de cobertura do portal G1 (2013) pela amplitude de dados reunidos em um especial analítico: <http://g1.globo.com/brasil/protestos-2013/infografico/platb/>.

escrita, a fala e a construção nelas operacionalizada. No campo da arquitetura linguística, a gramática designa um conjunto normativo para classificação lexical e orientação da construção textual por meio de modelos e esquemas linguísticos. Historicamente, sua evolução levou o conceito a se expandir para além de práticas sintáticas e derivar-se para as relações semânticas, pragmáticas e paradigmáticas entre signos, permitindo erigir constructos linguísticos e extralinguísticos por meio do uso e da incorporação da linguagem no ordenamento sociossimbólico do cotidiano (Bluhdorn, 1997; Benford; Snow, 2000; Dobler, 2011).

Na mobilização social, a gramática designa ordens e sistemas de ação que estruturam sua coesão, lógica e desenvolvimento, estabelecendo não apenas organização, mas fundamentação e sentido. Em suma, o conhecimento, a apropriação e o emprego de diferentes linguagens no contexto sociopolítico, e estas linguagens capazes de estruturar padrões e modalidades de ação dotadas de perspicácia e eficácia definem uma gramática, como aqui se adota nos estudos de Edson Oliveira Nunes (2017) e Boaventura de Souza Santos (2006).

Nunes (2017) entende a gramática como padrões de ação institucionalizados socialmente e que reforçam trocas, laços e acordos em seus trâmites. Para Santos (2006), a gramática é um painel de estruturas de sentido e poder que operacionalizam relações e feitos, incorporando códigos, atores e seus usos. Desse modo, opera-se aqui o conceito de gramática como desenhos de agência e potência dotados de princípios modeladores e orientadores.

As gramáticas supõem desenhos de protocolos de ação produzidos na/a partir da mobilização, sendo estimulantes e basilares na atuação dos sujeitos e na forma global de uma mobilização. Desse modo, gramáticas não são apenas aspectos com os quais se pode observar a organização, mas elementos que permitem e viabilizam a ação política.

Como um painel que fornece padrões de organização, é possível identificar nas gramáticas as tessituras das ações dos sujeitos, suas motivações, perspectivas, intencionalidades e a personalização conferida aos esforços. Essa visão em perspectiva permite compreender os ritmos e os sentidos que conferem mobilidade às mobilizações. A gramática é uma chave de leitura para o acontecer da mobilização, estando imbricada também no tipo de efeito e resultado que produz.

4 O gigante acordado e sua gramática

No campo gramático dos protestos de junho, há o ritmo de crescimento acelerado e o escalonamento como demonstração de vigor, seguido pelo caráter multitudinário de rostos diversos e rostos comuns, o espelhamento, a horizontalidade, o apartidarismo e a recusa à ideologia em bandeira, o usufruto comunicacional, os laços solidários e identitários, bem como o escopo amplificado e a volatilidade metabólica.

Quanto ao ritmo, os tempos de protestar eram marcados por um processo de difusão acelerada e um escalonamento multitudinário que devorava qualquer esquema formal de organização, chamando a atenção do olhar público pela magnitude particular, estabelecida na relação entre o instante de mobilização e as diferenças em copresença:

As duas semanas que mudariam a história da política brasileira começaram de forma prosaica, com mais um protesto desinteressante, fadado a ser uma notinha de jornal. Os outros seis atos se sucederam cheios de novidades: jovens dispostos a resistir à PM, arregimentados pelas redes sociais, lidando com o tradicional despreparo das autoridades (Estadão, 23 jun. 2013, p. 14).

A vez do povo desorganizado. É que essas manifestações traziam consigo outras motivações que não se revelaram no primeiro momento. Logo, pôde-se ver que o aumento das tarifas foi o detonador de um descontentamento maior que põe em questão o próprio sistema político [...] Há um desencontro entre os cidadãos e seus governantes. Há pessoas nas ruas com interesses diversos. Tem gente com ideias e tem gente que diz "vamos lá porque está acontecendo uma manifestação". Tudo é legítimo (Folha de S. Paulo, 30 de jun. 2013, p. E10, C7).

A química das massas é volátil, incendiária e instável, apesar de a maioria ser pacífica, a interrupção contínua e crescente da ordem político-social, por definição, rompe esta mesma ordem trazendo à tona riscos [...] o povo livre invadindo as ruas, sem um foco único (Folha de S. Paulo, 1 jul. 2013, E10, A3).

A coreografia dos atos, a reunião da diferença e posicionamento dos corpos insurgentes dispostos a enfrentar a autoridade policial e preencher os espaços públicos chamava a atenção em força e em visão. A sequência de fatos na gênese dos movimentos e a participação de novos atores de diferentes origens fizeram com que a detonação dos atos fosse movida por um sentimento insurgente intenso, aplicável apenas na progressão do ritmo dos atos.

A narrativa documentou os atos como “massa volátil, incendiária e instável”, “povo desorganizado”, “sem um foco único”, “com interesses diversos” para

descrever as rápidas concentrações de participantes e visão em exame que se estabelecia nas ruas. Subscrive-se também que o aumento da tarifa “foi o detonador de um descontentamento maior”, que sinalizava um “desencontro entre cidadãos e seus governantes”.

A liga para esse processo de escalonamento pode estar nas motivações dos atos, isto é, nos sentimentos desencadeados pela vitrine sociopolítica oferecida pelos primeiros intentos do MPL. E tais sentimentos tornaram-se aquiescentes para a mobilização por outro processo de visibilidade: a abundância comunicativa das redes sociais. Seu usufruto, ora sustentado como prática constitutiva das táticas dos atos, tem aqui o matiz básico da comunicação, a mediação.

Na interface da comunicação dos dispositivos em rede e nas taxas vertiginosas de produção, consumo e compartilhamento de informações, produz-se uma teia informativa capaz de acelerar por influxo o enxameamento de participantes. No aquecimento da polifonia e fragmentação informativa das redes digitais, cria-se uma camada mediada que subverte os controles da comunicação hegemônica (Malini; Antoun, 2013).

A desorientação, desestrutura e disformidade narrada pelos veículos jornalísticos têm na mediação alternativa dos constructos de comunicação digital em rede a acuidade capaz de garantir fluidez ao seu volume insurgente. O fluxo multitudinário fragmentado em interesses e origens, por meio da mediação e dos dispositivos, consegue se estabelecer como torrente, tendo por vertente, a inclinação oferecida pelo trânsito informativo e pelos afetos despertados (Braga, 2020; Martín-Barbero, 2001).

Uma vez que a comunicação é autônoma e alternativa, escapa às leituras tradicionais da mediação hegemônica, o que justifica o sobressalto da interpretação dos movimentos, tanto para os veículos midiáticos como para as autoridades governamentais. O ritmo criado pelo intercâmbio abundante de comunicação e informação se acelera na medida em que mais adeptos se identificam às causas e afetos comuns.

Esse processo cria um ritmo acelerado e um comportamento de enxame aos atos, podendo ser definido com um momento marcado por um volume torrencial potente, declinando posteriormente na manutenção do mesmo vigor. Essa aceleração se estabelece pela criação de zonas distintas de difusão tanto *on-line* como *off-line*. A visibilidade oferecida no prisma midiático dos protestos fornecia elementos para um festim sociopolítico, disseminando convites e convocatórias.

A difusão dos acontecimentos e sua aceleração vertiginosa se mostram como um espetáculo do qual a cidade como cenário de disputa e símbolo material de produção da vida abriga seu acontecer (Carrera, 2008). Esse festim é possível a partir do trânsito intenso de informações e produtos estéticos criados nos atos, desencadeando um processo de estetização da participação. Desse modo, ir às ruas, mesmo que sem clareza de finalidade, torna-se sentido de pertença ao espetáculo, à obra curada e criada nas ruas.

O festim contém elementos que reforçam os laços entre os participantes e dá aderência às suas conexões lógicas. Há a legitimidade do objeto de insurgência que fundamenta o ser e o estar em protesto - as demandas, a realidade e os dramas -, que se diluem nos afetos ora negativos, ora positivos que fundamentam a motivação do mobilizar-se. A visibilidade e a afirmação de si em uma realidade pungente e fragmentadora tornam adensada a noção do protesto-espetáculo ou do protesto-festim (Dean, 2016; Debord, 2007).

Nasce a multidão de junho de 2013. A noção de povo, de massa ou daquilo que é popular encarceram os sujeitos em unidades homogêneas não correspondentes à realidade, cabendo ao conceito de multidão libertar a variabilidade dos participantes, salvaguardando a perícia de sua diversidade (Hardt; Negri, 2005). A diferença modula a multidão, o que no primeiro momento, designou a mobilização:

Quando O Globo pediu à estudante de Geografia da USP e garçone, Mayara Vivian, de 23 anos, uma entrevista sobre sua atuação no Movimento Passe Livre (MPL), ela propôs um acordo: não queria que o texto fosse focado em seu perfil mas no grupo que representa. "Podemos ser qualquer pessoa, são as posições políticas do movimento que constroem as coisas desse jeito. Uma pessoa sozinha não faz uma manifestação". [...] Em contato direto com o negociador do MPL que fica sempre junto ao comando da polícia militar, Mayara não gosta de ser tratada como líder e lembra que, por princípio, as funções do MPL não são fixas, para evitar o que chamou de "alienação de funções" [...]. "As 20 mil pessoas que estão ali são estudantes, trabalhadores, pessoas que estão desempregadas, que apostam nessa luta como forma de ter uma cidade mais justa e alcançar seus direitos". [...] "Movimento aglutinou outros setores" (O Globo, 16 jun. 2013, p. 6).

Pelas ruas [...] um clamor popular por várias causas, de vários rostos, com várias ênfases (Estadão, 21 jun. 2013, p. 19).

Há muita luta por reconhecimento e identidade no momento atual, além de muito desejo de participação (Estadão, 22 jun. 2013, p. 2).

Confessava-se nos atos originários e da segunda onda que havia múltiplos rostos e múltiplas ênfases, reforçando a produção de uma espécie de identidade coletiva que etiquetava a multidão como partícipes de um comum - o país, sua história, as mazelas e os desejos de mudança. Essa multiplicidade deitava relevância na diferença geográfica, cultural, ocupacional, setorial e política. Professava-se em meio a demandas materiais, ensejos pós-materiais, como a expressão.

Observa-se que na aglomeração de ideais distintos, no enxameamento de grupos e na multiplicidade de sujeitos, a qualidade de uma multidão que se complexifica em sua origem, na confissão coletiva de uma identidade que se formula no trajeto e em projetos, requalificados no agora da ação. A imagem da multidão supera a noção de massa ou povo na medida em que o corpo político coletivo se constrói na diversidade, por vezes antagônica (Rheingold, 2004).

Na multidão estão aspectos decisivos para seu efeito ameaçador ao poder hegemônico: a imanência, ao mobilizar subjetividades singulares em uma senda coletivizada; o atravessamento da classe envolvendo multidões dentro das multidões, e nelas, distintas classes; e a autonomia construída em devir potente, que consegue articular a diferença sem esmagar a singularidade (Hardt; Negri, 2005).

A qualidade da multidão é o devir da diferença. Esse aspecto pode se tornar o ônus da mobilização, após ter se tornado seu bônus. A lida com a diferença é desafiadora. A ausência de culturas políticas ou de clareza organizacional posterior - derivada pela fragilidade da cidadania na atualidade brasileira - fragmentou e pulverizou a noção multitudinária.

Ao invés de se apropriar do império (Hardt; Negri, 2005; 2006) ou dos centros de poder (Touraine, 2009) para ruir sua hegemonia pela contestação, as jornadas se perderam na diferença como conflito, atomizada pela instabilidade sociopolítica da conjuntura recente. Nesse sentido, a multidão de junho se constituiu como tal, chacoalhando estruturas políticas, mas declinou a partir da gestão da diferença, enfraquecida pela maximização dos embates internos.

A partir da gramática do enxameamento pela multidão, outro padrão vem à tona, associado à escala de participantes nos atos:

Sem a predominância de bandeiras de partidos políticos, sindicatos ou entidades estudantis, os protestos lembraram as grandes mobilizações sociais do passado [...]. (O Globo, 18 jun. 2013, p. 3).

Há um sentimento de que os políticos, apesar de eleitos democraticamente, não representam os interesses da maioria da população. [...] Os partidos

políticos também são uma instituição muito repudiada pelas manifestações (O Globo, 19 jun. 2013, p. 10).

Atos mostram descrença dos jovens em relação aos políticos. Ataque a sedes do governo evidencia que eles não se sentem representados. Especialistas consultados pelo Globo após os protestos de ontem veem os atos como símbolo de descrença dos jovens em relação aos políticos, reforçando a característica, defendida por inúmeros participantes, de que o movimento seja apartidário. - As autoridades vão precisar negociar com esses jovens. O movimento mostra um desejo de reconhecimento social que chegaram recentemente às camadas médias e o desejo por participação política. [...] Eles entendem que os políticos estão comprometidos com o estado das coisas. Não é um movimento antipolítico, mas contra a política que aí está. Para [Luiz Werneck] Vianna, o movimento também se opõe à atitude dos políticos com os movimentos sociais. Segundo ele, a relação desses partidos com esses movimentos é "instrumental, de cooptação", ao trazê-los para dentro do Estado. E as atuais manifestações rejeitam essa relação. [...] Edney Souza destacou a inexistência de líderes. Não havia um movimento que carregasse todas as bandeiras. Foram várias reivindicações ao mesmo tempo. (O Globo, 18 jun. 2013, p. 3).

Outra característica dos protestos foi o repúdio a partidos políticos. As manifestações que levaram milhares de pessoas às ruas do país, tinham reivindicações sociais diversas (saúde, educação, transporte), além de críticas contra a corrupção e um grito de guerra em comum: "Sem partidos". [...] O sentimento antipolítico não se restringia aos políticos, mas mirava em líderes do Executivo e Legislativo em todo o país (Estadão, 21 jun. 2013, p. 16-18).

"Calado não se muda nada". [...] "Muita coisa para melhorar". [...] "Tarifa foi só uma gotinha no oceano". [...] "As coisas têm de mudar neste país". [...] "Eles não estão nem aí para a gente" (Estadão, 21 jun. 2013, p. 19-20).

Atos retratam divórcio entre povo e Estado (Estadão, 22 jun. 2013, p. 16).

Um grupo de jovens passou a madrugada de ontem acampados na Avenida Delfim Moreira. [...] Na pauta do protesto, melhorias em saúde e educação, crítica ao alto investimento para a Copa e a defesa da CPI do transporte público (Estadão, 23 jun. 2013, p. 10).

O movimento se diz "apartidário, e não antipartidário". [...] Fila de espera para participar das reuniões organizadas ontem pelo Movimento Passe Livre [...]. No brasileiro, a cola por trás do quebra-cabeças é menos clara, mas pode ser resumida, talvez, na dissonância do país que virou "hype" nas manchetes internacionais e aquele onde ainda há muito a consertar. O fato de a sensação se sobrepor à mensagem pode ser o começo ou o fim (Folha de S. Paulo, 24 jun. 2013, p. C1).

Nos protestos, os pedidos de reforma do sistema de representação se misturam aos cartazes defendendo transporte mais barato, melhorias na

saúde e na educação, transparência nos gastos públicos e combate à corrupção (Estadão, 24 jun. 2013, p. 7).

“Diálogo é uma passo importante, mas sem ações concretas, não existe avanço”, disse uma das líderes do movimento (Estadão, 25 jun. 2013, p. 6).

A horizontalidade e o apartidarismo se tornaram jargões difusos nos conclames dos atos ou em suas estéticas. Na recusa à verticalização dos atos, despoja-se da noção política na tradição clássica dos movimentos sociais, fomentando novas dinâmicas organizacionais da ação coletiva, como é comum nos novíssimos movimentos sociais. A ojeriza aos partidos políticos parece designar um impasse entre o sistema de representação e as práticas dos representantes.

A horizontalidade de junho é primeiro confessada pelo próprio MPL como essência e método:

A cidade é usada como arma para sua própria retomada: sabendo que o bloqueio de um mero cruzamento compromete toda a circulação, a população lança contra si mesma o sistema de transporte caótico das metrópoles, que prioriza o transporte individual e as deixa à beira de um colapso. Nesse processo, as pessoas assumem coletivamente as rédeas da organização de seu próprio cotidiano. É assim, na ação direta da população sobre sua vida [...]. A organização descentralizada da luta é um ensaio para uma outra organização do transporte, da cidade e de toda a sociedade. Vivenciou-se, nos mais variados cantos do país, a prática concreta da gestão popular (Movimento Passe Livre, 2013, p. 16-17).

Ao organizar-se e radicar-se horizontalmente, há a preocupação de que a própria insurgência represente a transformação da alocação do poder proposta. O MPL parte de uma política institucional pautada na gestão popular, entendendo na mobilidade urbana uma bandeira em que outros contextos socioeconômicos e políticos estão agrupados. Nos atos, a horizontalidade passa a dominar um padrão confessional de novos tempos da ação popular, propondo renovação, cujo objeto de novidade se faz necessário na estrutura do país.

Nessa discussão, advém também a recusa às bandeiras ideológicas e políticas. Propondo novas dinâmicas de participação política e rechaçando os signos dos partidos políticos, confessa-se nas ruas os pedidos por renovação, bem como o pleito de novos *modus operandi* para o cidadão (uma participação mais direta, ideia não sustentada a longo prazo) e representante político (na atenção às demandas dos atos).

O apartidarismo como marca de abrigar diferentes espectros de pensamento em demandas comuns, em uma renovação da coalizão, na perspectiva da gestão popular, como preconiza o MPL, metabolizou-se como ódio e polarização. A

insatisfação cresceu na conservação de determinados afetos, abrindo mão da noção multitudinária da diferença pelo viés de confirmação das próprias visões de mundo.

A gramática em questão é a organização autônoma, partindo da horizontalidade e do apartidarismo, para buscar consensos e modelos de gestão participativa, sem prescindir dos múltiplos sujeitos e suas diferenças. A noção do todo prevalece em nome de um projeto a várias mãos e vozes, cuja construção atenderia uma lógica qualificada pela valorização da diferença, eliminando aprisionamentos comuns da hierarquia.

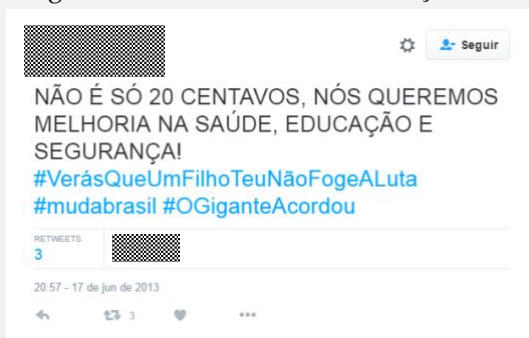
Outro feixe da pulsão multitudinária desenvolveu-se como uma gramática: o espelhamento de ideias e crenças que geraram identificação, laços comunitários e solidariedade insurgente. A multidão pressupõe uma lógica de unidade no singular. Em junho de 2013, dada a extensão territorial e a variabilidade de sujeitos, criou-se por influxo uma identidade coletiva, alimentada nos sentidos da luta.

A ativação territorial dos atos na superação das diferenças e distâncias se estabeleceu pelo espelhamento entre os sujeitos. O espelhamento supõe uma lógica de vínculos criados e conservados a partir de pontos em comum, na medida em que estes pontos são postos em vulnerabilidade (Ricci, 2018). Isso permite aos atos qualidade de difusão, na medida em que a multiplicação do conteúdo insurgente se desenvolve à guisa de uma solidariedade entre cenários de arrocho, na partilha do cotidiano.

Nas jornadas de junho, as territorialidades insurgentes despontam a partir de uma ativação territorial marcada pelas relações regionais fortalecidas no espelho das vivências e projetos de vida postos em xeque pelos sistemas de poder (Santos, 2017; 2019; Santos; Cunha, 2018a). Emerge uma identidade de identidades, consubstanciada em uma solidariedade que faz assumir como luta pessoal outras vivências experimentadas de modo remoto, mas que no trato insurgente são superadas no espaço e no tempo.

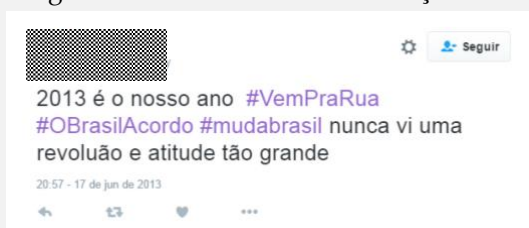
Os desejos professados em comum independentemente dos contextos de origem (figura 1), a confiança em um projeto utópico nascendo (figura 2) e a unidade e a voz em conjunto (figuras 3, 4 e 5) confessam essa sinergia identitária envolvendo as multiescalas dos atos:

Figura 1 – Identidade e manifestações



Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Figura 2 – Identidade e manifestações



Fonte: Dados da pesquisa (2020).

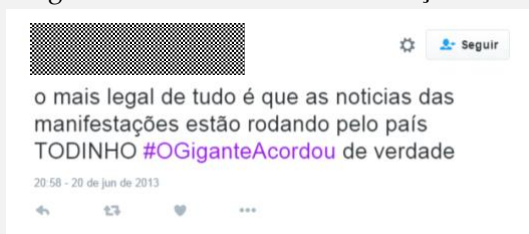
Figura 3 – Identidade e manifestações



Fonte: Dados da pesquisa (2020).

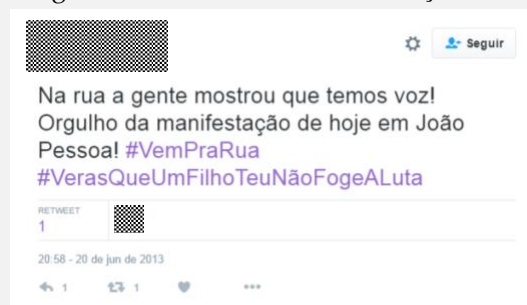
A natureza identitária cresce na medida em que a visibilidade dos atos demonstra sua dimensão multitudinária (figuras 6, 7, 8, 9 e 10):

Figura 6 – Identidade e manifestações



Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Figura 4 – Identidade e manifestações



Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Figura 5 – Identidade e manifestações



Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Figura 7 – Identidade e manifestações



Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Figura 8 – Identidade e manifestações



Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Figura 10 – Identidade e manifestações



Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Figura 9 – Identidade e manifestações



Fonte: Dados da pesquisa (2020).

O princípio gramatical da identidade forma comunidades moduladas no momento dos atos. A partilha de laços torna a multidão pervasiva, fazendo com que as demandas e a dimensão da ação penetrem o olhar público:

Nas ruas, um mar de reivindicações. Reajuste de tarifas de ônibus foi a palavra de ordem inicial; agora, a lista é mais ampla [...]. Embora os representantes dos governos - federal, estaduais, municipais, além de seus legislativos - digam que ainda não entenderam o motivo da onda de protesto por todo o país, os participantes das marchas têm demandas plurais, e manifestaram isso esta semana de forma mais clara. Além de protestos com os gastos bilionários da Copa do Mundo, sem os benefícios diretos para a população - com obras de mobilidade urbana, por exemplo -, os manifestantes pedem genericamente por melhorias nos serviços públicos de Saúde, Educação e Segurança, áreas com pior avaliação da população, segundo pesquisas de opinião. E incorporam à lista de reivindicações temas mais políticos, como o repúdio à corrupção e à proposta do Congresso que tenta limitar o trabalho de investigação dos integrantes do Ministério Público, a chamada PEC 37. [...] A pauta é ampla e difusa, mas as insatisfações são referentes a fatos reais. [...] O movimento mostra um desejo de reconhecimento social [...] e o desejo por participação política (O Globo, 19 jun. 2013, p. 10-12).

A polissêmica e vibrante voz das ruas, que agora atingiu alto e bom som, tem que ver com a emergência de um novo modo de vida e o esgotamento de um modo de fazer política. Associada a uma percepção social de que a sociedade está excluída da área pública e quer nela ser reconhecida e participar (Estadão, 22 jun. 2013, p. 2).

Na passeata, a busca de soluções coletivas (Estadão, 23 jun. 2013, p. 18).

[...] movimento pelo transporte despertou a luta por objetivos comuns (Estadão, 23 jun. 2013, p. 18).

A relação entre passagens caras e transporte precário ganhou facilmente uma analogia com impostos altos e serviços de saúde, educação e segurança ruins. De longe, a pauta parece extensa e vaga. Para os manifestantes - pessoas de todas as idades, predominantemente com ensino superior ou médio, no caso dos adolescentes -, parece lógica e viável, embora a luta seja longa (Estadão, 23 jun. 2013, p. 18).

O mote do transporte público foi o mais popular, principalmente nas cidades que têm redes de ônibus. Mas os protestos também ganharam conotações regionais, especialmente nas cidades menores (Estadão, 30 jun. 2013, p. 8).

Com o crescimento geométrico e contingencial dos atos, ao sabor das demandas de escopo amplo, o movimento passou por fases de declínio. O olhar classificatório e sentencioso do utilitarismo faz enxergar no fim dos atos um demérito. Indaga-se quanto aos fins das torrentes nas ruas, seus efeitos práticos e materiais. A volatilidade, a efemeridade e descontinuidade são vistos como pontos de desencaixe sociopolítico.

Todavia, uma gramática é vislumbrada pelo perecimento dos atos. O fim da mobilização em rede é evanescente, conquanto sua perenidade é metabólica. Na dinâmica das redes e nos mecanismos de organização, o escalonamento efervescente é seguido por uma evolução volumosa contumaz e finalizado por ciclos que perecem em meio ao lastro da multidão inicial.

Contudo, esse efeito perecível é metabólico. A energia empregada na constituição e na sustentação dos atos não tem seu ocaso na imagem grandiosa e midiaticizada, nem tampouco no desaparecimento dos atos sem vestígios. Essa energia é reelaborada pela conjuntura social, política e factual que seguem os dias após os atos. Isto é, metaboliza-se a agência, a potência e seus efeitos provisórios em novos insumos a desafiar ou orientar a realidade situacional.

A volatilidade é uma gramática na medida em que subverte as temporalidades das mobilizações que não mais se veem atravessadas por longas durações que necessitam de estruturas organizacionais institucionalizadas. A tessitura das novas mobilizações rechaça o enquadramento da duração. Portanto, o volátil é metabólico, transformando substratos e subsídios em novas medidas de ver, pensar, refletir e agir na sociedade e na política.

O declínio das jornadas de junho seguiu um silêncio que, posteriormente, foi questionado quanto à produtividade e eficácia. Todavia, essa interpelação é corporativista. O silêncio que segue um momento de ruídos maximizados é natural para que os sons produzam seus efeitos. Performática, a mobilização precisa que seu festim seja consumido e, a seguir, rememorado, para que a recepção produza comentário, crítica e divulgação.

A ação coletiva não deve ser encerrada em programas práticos e claros. Assim, às mobilizações sociais não deve ser exigida a tarefa oracular, profética e salvífica do gênero humano. A elas cabem questionamentos sobre significados conjunturais, uma vez que a volatilidade se estabelece por meio de ciclos difusos e oscilantes de energia que, metabolizados, deitam novas raízes.

Assim como a figura do militante inspira mais desconfiança do que admiração, como afirma Touraine (2009), a imagem da mobilização social contemporânea se vê nesse momento probatório. Considerar a gramática de seu caráter metabólico é se aproximar da complexidade dos elementos que constituem a natureza abissal do que é social, não relegando a epistemologia do tema ao utilitarismo vazio.

5 Considerações finais

A gramática de junho de 2013 é o sobressalto, o arroubo e a instabilidade. Sua constituição foi equipada pela pluralidade, diversidade e contradição de atores, demandas e direções com que a mensagem insurgente era produzida e ampliada. Paradoxalmente, tais características fadaria o ato a fracassar em termos de mobilização e engajamento, embora tenha se mostrado componente matricial para seu encorajamento.

Diferentes posicionamentos acabaram por tornar-se parte de uma torrente de afetos que, sob a partilha sensível dos ícones, índices e símbolos espargidos nas ruas e nas redes, tomaram de sobressalto a emergência de distintos sujeitos naquele processo. Nesse sentido, germes progressistas, bem como centelhas autoritárias e conservadoras se imiscuíram de uma mesma jornada cujos significados ainda se mostram complexos de debelar.

Nota-se a pujança do legado de junho de 2013 na construção de novas frentes engajadas, coletivos urbanos e um renovado interesse por pautas que perpassam a reivindicação por desenvolvimento social. Todavia, acompanhou-se também um esfacelamento do debate público, ocasionando sectarismos polarizados que tiveram redutos estéticos, como em grupos conservadores que abraçam o campo

cromático da bandeira nacional e outros grupos que passaram a ser taxados de vermelhos, como um marcador de estereótipo político.

A complexidade dos sentidos da mobilização residiu na capacidade aglutinadora que o despertar de ondas de protestos em rede promoveu no território nacional, ativando espaços, afetos, sentidos e discursos. A interpolação desses sentidos é partícipe do vertiginoso e desafiador quadro sociopolítico delineado nos anos recentes da história brasileira e que, sem dúvida, as estéticas do gigante desperto ajudaram a decodificar, tal qual a estética, ferramenta e interface de devires.

As práticas e gramáticas do movimento sinalizam sua envergadura, bem como seus espaços e tempos. O evento foi marcado por efervescências, efemeridades e evanescências. Os espaços de junho, alocados nas ruas e nas redes, foram marcados por uma diligência latitudinal e longitudinal. Já os tempos dissolviam-se, subvertendo a noção tradicional de ciclo.

Os participantes se inscreveram ao movimento na medida em que flexões solidárias o faziam acessar diferentes repertórios, contextos de vida e sentidos de luta. Isso permitia uma ativação territorial que, sob o afeto solidário e insurgente, produzia territorialidades de insurgência, mas marcadas em episódio.

Das distintas localizações e vivências dos sujeitos dos movimentos, emergiram singularidades comuns a partir do deslocamento de múltiplas identidades para uma unidade de instante que flutuava na duração do ato, como tática de encorajamento do movimento. As identidades flutuantes abarcavam a diferença e conferiam ao movimento certa unidade de percurso.

Nesse mesmo prospecto, o desenho territorial dos atos, que se difundiam em multiescalas, remontava a territorialidades episódicas. Sua duração é codependente do movimento. O episódio é o lastro temporal que em sua consumação aporta os sentidos dos atos e sua própria configuração, desfazendo-se sistematicamente e retomando sua diferença localizada original com o findar da manifestação.

Esse quadro de ambiências, espacialidades e temporalidades apontam para uma performance da mobilização em rede. Essa performance compreende uma modalidade particular de exercício sociopolítico diante da convalescência de antigos modelos e sob contextos movediços de percepção da democracia. Ela interpola sujeitos, objetos e redes em um estado híbrido.

O exercício desta performance, embora feita de episódios, está longe de ser episódico em si mesmo. Agência e potência nos sujeitos passam a constituir um

produto híbrido entre a espacialidade, a mediação tecnológica e a cidadinidade. Ainda que represadas por estéticas do espetáculo e por modalidades cidadãs consumidoras - como remonta o quadro contemporâneo -, essas performances derivam e ao mesmo tempo compõem espaços citadinos e também insurgentes.

Referências

- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2007.
- BRAGA, José Luiz. *Uma conversa sobre dispositivos*. Belo Horizonte: PPGCOM/UFGM, 2020.
- BLUHDORN, H. A relação entre pragmática, semântica e gramática. *Revista de Estudos da Linguagem*, Belo Horizonte, v. 6, n. 2, p. 5-43, jul./dez. 1997.
- DOBLER, T. *Wittgenstein on Grammar and Grammatical Method*. Norwich: School of (PhD Thesis in) Philosophy, University of East Anglia, 2011.
- BENFORD, R D; SNOW, D. A. Framing processes and social movements: an overview and assessment. *Annunciations. Rev. Sociol.*, n. 26, p. 611-39, 2000.
- CARREIRA, André. Teatro de Invasão: redefinindo a ordem da cidade. In. LIMA, E. F. W. (Org.). *Espaço e Teatro: do edifício teatral à cidade como palco*. Rio de Janeiro: 7 letras, 2008. p. 67-78.
- DEAN, Jodi. *Crowds and Party*. London: Verso, 2016.
- DEBORD, Guy. *Sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.
- HARDT, Michael.; NEGRI, Antonio. *Império*. São Paulo: Record, 2006.
- HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Multitud: guerra y democracia en el a era del Império*. São Paulo: Record, 2005.
- FOLHA DE S. PAULO. Milhares vão às ruas contra tudo; grupos atingem palácios. São Paulo: *Grupo Folha*, 18 jun. 2013. p. A3; C1; C7; E7; E10.
- GERBAUDO, P. *Tweets and the Streets: Social Media and Contemporary Activism*. London: Pluto Press, 2012.
- MALINI, Fábio; ANTOUN, Henrique. *A internet e a rua: ciberativismo e mobilização nas redes sociais*. Porto Alegre: Sulina, 2013.
- MARTÍN-BARBERO, Jesús. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. 2. ed. Tradução de Ronald Polito e Sérgio Alcides. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001.

MOREIRA, S. V. Análise documental como método e como técnica. In: DUARTE, J.; BARROS, A. (Org.). *Métodos e técnicas de pesquisa em Comunicação*. 2. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2015. p. 269-279.

MOVIMENTO PASSE LIVRE. Não começou em Salvador, não vai terminar em São Paulo. In: MARICATO, E. et al. *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2013. p. 13-18.

NUNES, Edson de Oliveira. *A gramática política do Brasil: clientelismo e insulamento burocrático*. 5. ed. São Paulo: Garamond, 2017.

O ESTADO DE S. PAULO. Protestos se espalham pelo país e políticos viram alvo. São Paulo: *Grupo Estado*, 18 jun. 2013. p. 2; 6-8; 14; 18.

O GLOBO. O Brasil nas ruas. Política. São Paulo: *Grupo Estado*, 18 jun. 2013. p. 3; 6; 10-12; 19.

RHEINGOLD, Howard. *Multitudes inteligentes: la próxima revolución social*. Barcelona: Gedisa, 2004.

RICCI, Rudá Guedes. Movimentos e mobilizações sociais no Brasil: de 2013 aos dias atuais. *Saúde Debate*, Rio de Janeiro, v. 42, n. esp., p. 90-107, nov. 2018.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A gramática do tempo*. Por uma nova cultura política. São Paulo: Editora Cortez, 2006.

SANTOS, Gustavo Souza. Mobilizações em rede, territorialidades episódicas e identidades flutuantes: reflexões sobre o movimento #EleNão. In: *Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades*, 8, 2019. Anais. Maceió: ANINTER-SH, 2019.

SANTOS, Gustavo Souza. Reflexões sobre mobilizações sociais em rede na contemporaneidade: novos exercícios de agência e cidadania In: HINTZE, H. (Org.) *Vivendo a incerteza: escritos sobre a pandemia*. Jundiaí: Paco Editorial, 2021.

SANTOS, Gustavo Souza. #Vemprarua: territorialidades de insurgência e ativismos on-line/off-line nas Jornadas de Junho de 2013 no Brasil. Montes Claros: Programa de Pós-graduação em (Mestrado em) Geografia da Universidade Estadual de Montes Claros, 2017.

SANTOS, Gustavo Souza.; CUNHA, Maria das Graças Campolina. As territorialidades insurgentes do gigante desperto: Jornadas de Junho de 2013 no Brasil e suas dinâmicas territoriais. *Revista do Departamento de Geografia*, São Paulo, v. 35, p. 37-4, jul. 2018.

SANTOS, Gustavo Souza; PEREIRA, Anete Marília. Territorialidades episódicas e identidades flutuantes em mobilizações sociais em rede: uma reflexão sobre o

movimento #EleNão In: PAULA, A. M. N. R.; AMORIM, M. M. T. (Org.). *Movimentos Sociais, Identidade e Territorialidades*. Montes Claros: Unimontes, 2020.

SILVA, J. M.; MENDES, E. P. P. Abordagem qualitativa e geografia: pesquisa documental, entrevista e observação. In: MARAFON, G. J.; RAMIRES, J. C. L.; RIBEIRO, M. A.; PESSÔA, V. L. S. (Org.). *Pesquisa qualitativa em geografia: reflexões teórico-conceituais e aplicadas*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2013. p. 207-222.

TOURAINE, Alain. O sujeito como movimento social. In: TOURAINE, Alain. *Crítica da modernidade*. Tradução de Elia Ferreira Edel. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2009. p. 247-268.

Sobre o autor

Gustavo Souza Santos

Doutor em Desenvolvimento Social pela Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). Professor das faculdades de Comunicação Social e de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário FIPMoc (UNIFIPMoc). Pesquisador associado do Núcleo Citadino (PPGDS/Unimontes).